

Resumo de notícias econômicas

18 de Agosto de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 156

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 18 DE AGOSTO DE 2021

ES Gás deve valer R\$ 1,2 bi em leilão que atrai Cosan

Broadcast

Após acertar com a sócia BR Distribuidora os últimos detalhes para a venda da Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), o governo capixaba tem recebido sondagens de potenciais interessados na concessionária de gás natural. Ao menos três empresas, entre elas o Grupo Cosan e uma companhia norte-americana, teriam demonstrado interesse. O Estado é dono de 51% das ações ordinárias e de 2% das preferenciais da ES Gás, enquanto as fatias restantes são da BR Distribuidora. Nas próximas semanas, os acionistas devem assinar o contrato para que o BNDES faça a modelagem e o valor da empresa no leilão. A expectativa é de que ela seja avaliada entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão.

O valor é bem maior do que a faixa entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões, estimados em 2019. Isso porque a concessionária investiu na interligação da rede de distribuição de Linhares ao gasoduto de transporte Cacimbasvitória, que eleva a capacidade de fornecimento de gás natural no norte do Estado. Além disso, a empresa obteve em 2020 a renovação do contrato de concessão por 25 anos. Segundo o secretário de Inovação e Desenvolvimento do Espírito Santo, Tyago Hoffmann, com o avanço na negociação com a BR Distribuidora, o leilão deve acontecer entre março e abril.

Apoio de governos regionais pode custar R\$ 18 bilhões

O Estado de S. Paulo

Estados e municípios querem mais R\$ 18 bilhões para apoiar a aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR). Depois da terceira tentativa do presidente da Câmara, Arthur Lira, a votação do projeto no plenário foi adiada por uma semana, mas deflagrou uma guerra de bastidores por novas concessões. Em troca do apoio dos

prefeitos, Lira e o relator do projeto, deputado Celso Sabino, acertaram com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) a aprovação de um conjunto de propostas para garantir uma transferência adicional de R\$ 6,5 bilhões por ano às administrações municipais, com o aumento de 1,37% do repasse da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e mudança na regra do piso salarial dos professores. O acordo teve apoio do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Isolados nas negociações, os Estados, que até então buscavam um acordo conjunto com mudanças no desenho para evitar uma perda de R\$ 11,7 bilhões (R\$ 6,4 bilhões para os governos estaduais e R\$ 5,4 bilhões para os municípios), partiram para o contra-ataque. Começaram a brigar nos bastidores para aumentar em 3% a parcela que recebem do governo federal por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) – mudança que pode garantir R\$ 11,3 bilhões a mais para os governadores com a aprovação da PEC 51, que tramita no Senado. Os Estados querem garantir que, no caso de Sabino não mudar o texto para reverter a perda de arrecadação, essa PEC de aumento do repasse para o FPE seja aprovada no Senado para depois ir para a Câmara. Os senadores vão segurar a votação do projeto do IR na espera da votação da PEC na Câmara.

O impasse em torno da votação começou logo cedo, depois que o governo e o relator não aceitaram zerar os prejuízos dos Estados e municípios com uma queda menor da alíquota-base do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de 15% para 7,5%. Antes do adiamento da votação, os Estados e as prefeituras de capitais divulgaram cartas pedindo aos parlamentares para rejeitarem o projeto. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida como bancada ruralista, deputado Sérgio Souza, se posicionou contra a votação.

Lira bem que tentou votar o projeto colocando em pauta primeiro uma manobra para mudar o piso do magistério, uma das exigências dos municípios para aprovar o projeto. Não deu certo. A manobra foi rejeitada com intensa articulação da oposição. Em seguida, a proposta para retirar o projeto do IR da pauta foi aprovada por 399 a 99. Lira tinha dito quando chegou à Câmara ontem que a reforma seria votada mesmo sem acordo.

Em defesa da votação, Lira disse que é impossível se chegar a um consenso sobre o tema e que queria votar o texto principal da reforma ontem e deixar os destaques – pedidos de alteração ao texto – para depois. “Não há interesse em causar prejuízos para Estados e municípios”, afirmou Lira. “Consenso sobre esse tema nesse plenário é impossível. Precisamos separar o que é política do que é justo para o Brasil”, disse.

Para ‘ala fiscalista’, reforma ‘já não se paga’

Broadcast

As concessões sinalizadas pelo governo para destravar a votação do projeto do Imposto de Renda estão saindo caro na avaliação de integrantes da ala mais fiscalista do Ministério da Economia. “A reforma já não se paga há muito tempo”. Outra fonte chega a celebrar a “disputa” por benesses porque, em meio à briga, nada é votado e tudo fica como está hoje, sem maiores prejuízos para as contas da União. Esse é o clima nos bastidores da pasta após uma série de acordos para tentar atenuar a oposição de empresas e angariar apoio de municípios ao projeto

O andar das negociações expõe mais uma vez a existência de dois grupos dentro do Ministério da Economia: um formado por técnicos fiéis às regras e à estabilidade fiscal e outro disposto a fazer concessões em prol da negociação política. Essa divisão já havia sido evidenciada nas articulações para a votação do Orçamento de 2021, quando a equipe do ministro Paulo Guedes emitiu sinais de que era possível acomodar até R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares com cortes em outras despesas, inclusive obrigatórias. A negociação degradingolou para a maquiagem de gastos e emendas de congressistas turbinadas a R\$ 31,3 bilhões, posteriormente reduzidas com um veto parcial do presidente Jair Bolsonaro. As negociações com o Congresso têm sido conduzidas pelo gabinete de Guedes. As demais áreas, por sua vez, fazem a conta da fatura – e acham caro.

De acordo com uma fonte, os acordos com os municípios são fiscalmente danosos à União, potencializados por eventual investida semelhante dos Estados. Outro técnico afirma que ceder nos fundos de participação de Estados e municípios é “péssimo”. Por outro lado, esse interlocutor afirma que o ingresso dos governadores na disputa por

recursos tem um lado “positivo”, pois quanto mais gente brigando, “mais difícil aprovar”.

O projeto do IR foi enviado ao Congresso como promessa de simplificação dos tributos, mas também em cumprimento a uma promessa de campanha de Bolsonaro: ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física. Se aprovado, o “alívio” no bolso dos contribuintes entra em vigor em 2022, ano eleitoral. Para compensar a perda de receitas, o texto incluiu a tributação de dividendos distribuídos à pessoa física, medida que tem sido combatida por empresários e profissionais como advogados, médicos e outros que atuam como pessoa jurídica. A resistência já surtiu efeito e levou a flexibilizações no texto que podem deixar R\$ 200 bilhões fora da mira da tributação. Nos bastidores, o rumo das negociações do projeto do IR está sendo descrito como “várzea”. Há quem compare com o observado no projeto de privatização da Eletrobras, aprovado repleto de “jabutis” (matérias estranhas ao texto), e na PEC emergencial, quando o governo precisou arcar com uma fatura de R\$ 16,5 bilhões em emendas (originando o impasse do Orçamento de 2021) em troca da proposta que alterou regras fiscais.

Uma agenda para os investimentos estrangeiros

O Estado de S. Paulo

Em boa hora, o Congresso criou uma Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros. Os chamados Investimentos Estrangeiros Diretos são estratégicos. Ao contrário dos Indiretos (em carteiras de ações e títulos), eles envolvem um grau significativo de influência sobre as empresas (mais de 10% das ações ordinárias) ou aportes a instalações produtivas, criando laços de longa duração e transferência de tecnologia, desenvolvimento de infraestrutura, promoção do comércio e, logo, geração de empregos e renda.

O Brasil tem vantagens competitivas, como as boas condições das contas externas e um grande mercado interno. Com amplos recursos naturais, o País pode se beneficiar das megatendências de sustentabilidade. A sua matriz energética, uma das mais limpas do mundo, pode atrair investidores interessados em alternativas à produção baseada em combustíveis fósseis. Há graves entraves estruturais. O País está

na 124.^a posição entre 190 países avaliados no Doing Business do Banco Mundial. Custos trabalhistas e de transporte, infraestrutura precária, baixa produtividade, mão de obra pouco qualificada ou complexidade regulatória e tributária constituem alguns dos principais desafios de uma agenda pró-investimento.

Em 2020, a pandemia impôs uma contração de 62% no fluxo de Investimentos Diretos no Brasil, que caiu da 6.^a posição entre os maiores receptores do mundo para a 11.^a. As perspectivas em 2021 têm melhorado. A economia dá sinais de recuperação e a vacinação avança. A alta nos preços das commodities e a melhora na arrecadação ajudaram a afastar os riscos fiscais de curto prazo e a estabilizar o câmbio. Mas estes avanços têm sido prejudicados por ruídos vindos sobretudo do Planalto, como a interferência indevida em estatais, as ameaças ao teto de gastos e o antiambientalismo do presidente.

De imediato, o melhor sinal de que o Congresso pode passar é o compromisso fiscal, o avanço das privatizações e das reformas administrativa e tributária e a mitigação da instabilidade institucional promovida pelo presidente Jair Bolsonaro.

Por mais difícil que seja traçar esses caminhos na política nacional, o objetivo é simples: quem quer criar laços duradouros com investidores estrangeiros precisa oferecer segurança e previsibilidade.

Riscos político e fiscal ‘tiram’ 30 mil pontos da Bolsa. Segundo analistas, o Ibovespa poderia estar entre 142 mil e 152 mil pontos

O Estado de S. Paulo

Em meio a uma crise institucional e ao aumento do risco fiscal, o mercado financeiro pareceu não se importar com o cenário político. Desde o começo do mês, não houve nenhuma variação brusca na Bolsa e no dólar, que estão praticamente no mesmo patamar, pouco acima dos 120 mil pontos e dos R\$ 5,20, respectivamente. Analistas do mercado, no entanto, afirmam que os ativos brasileiros estão sentindo, sim, a crise. A Bolsa estaria entre 142 mil e 152 mil pontos e o câmbio, inferior a R\$ 5 se não houvesse tanto ruído em Brasília, dizem.

“Quando o presidente traz o tema do voto impresso (para o debate) ou aumenta a base de benefício social a um ano da eleição, ele acaba antecipando o risco das eleições nos preços dos ativos”, diz o gestor Luiz Felipe Laudari, da Mauá Capital.

Os cálculos de que o Ibovespa deveria estar mais alto consideram a evolução de outras bolsas, os resultados das empresas listadas no País e o preço das ações dessas companhias. “Quando você olha os mercados lá fora, vê o americano batendo recorde todo dia. Frankfurt também. Todas as bolsas estão com valorização de 15% no ano ou mais. E, aqui, ela beira a estabilidade, com pouco mais de 1%. Deveríamos estar subindo mais que o mercado americano, por causa do risco de ser um emergente”, afirma Alvaro Bandeira, sócio do Modalmais.

A alta acumulada do Ibovespa no ano é de 1,97%, enquanto a do indicador da Bolsa de Nova York é de 17,33%, a da Nasdaq, de 16,73% e a de Frankfurt, de 16,4%. Entre os emergentes, a Bolsa da Argentina subiu 26,6% e a da Rússia, 20,1%. Caso o Ibovespa tivesse acompanhado o nível dos emergentes, com uma alta de 20% no ano, o índice estaria em 142,6 mil pontos – na sexta-feira, no entanto, encerrou o pregão com 121,2 mil pontos.

Os analistas destacam que o desempenho pífio brasileiro só não é pior graças aos resultados das companhias, melhores do que previstos desde o início da pandemia. O estrategista-chefe da XP, Fernando Ferreira, diz que 77% das empresas do Ibovespa que publicaram seus resultados do segundo trimestre até agora tiveram desempenho em linha ao esperado ou até melhor. “O que tem segurado a Bolsa é a história micro das empresas. Estamos tendo mais uma temporada de resultados fortes”, afirma Ferreira.

O gestor acrescenta que, se fossem considerados apenas os fundamentos das companhias e a expectativa de lucro atual delas, o Ibovespa estaria em 152 mil pontos.

Para o economista Silvio Campos Neto, sócio da consultoria Tendências, no entanto, o câmbio e os juros são os ativos que mais têm sofrido o efeito das crises de Brasília. “Era para o dólar estar em um patamar mais baixo. Ele não está devido à incerteza política. As tensões se traduzem em ameaça ao setor fiscal: mudança no Bolsa Família e precatórios. Estamos indo para outro tom, a institucionalidade (sendo ameaçada). Isso assusta os investidores.”

Cálculos da gestora Mauá Capital indicam que o dólar deveria estar abaixo de R\$ 4,80. Na sexta, porém, encerrou o dia valendo R\$ 5,25. “Tem um prêmio de risco aí causado pelo presidente. A situação fiscal vinha bem, com a surpresa positiva em razão da arrecadação mais alta e da contenção dos gastos. Era de se esperar que os ativos estivessem com um comportamento benigno”, diz Laudari.

No caso da curva de juros, o impacto é ainda mais visível. A taxa do contrato de Depósitos Interfinanceiros (DI) que vence em 2029 estava em 8,7% no começo de julho e está a 9,8%. O economista Paulo Bokel, da ARX Investimentos, explica que essa alta não ocorreu devido ao aumento da taxa básica de juros, a Selic. Isso porque o mercado reagiu à Selic em junho, quando o Banco Central mudou de tom na condução da política monetária. “Não houve um grande aumento (na curva de juros) na última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária, do BC). Na anterior (em meados de junho), o ajuste no mercado foi maior”, diz Bokel.

Em ano eleitoral, conta de luz pode subir quase 17%, estima agência

Broadcast

Além do risco de racionamento de energia e apagões, o governo federal terá de lidar com a pressão nas contas de luz em 2022 – ano de corrida eleitoral. Cálculos preliminares da Aneel indicam que as tarifas de energia podem subir, em média, 16,68% no ano que vem, principalmente por causa da crise hídrica que o País enfrenta atualmente. A estimativa foi apresentada ontem pelo superintendente de Gestão Tarifária da agência reguladora, Davi Antunes Lima, em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara.

Segundo ele, diversos fatores devem contribuir para a alta nas tarifas. Com o agravamento da crise hídrica, a Aneel estima que os valores pagos pelos consumidores por meio das bandeiras tarifárias não serão suficientes para fazer frente aos custos com o uso de usinas térmicas – e esses custos deverão ser repassados aos consumidores em 2022, mas com incidência de juros. A previsão é de que a chamada Conta Bandeiras feche o ano com rombo de R\$ 8 bilhões. Pesam também os custos das medidas

aprovadas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), que somariam entre R\$ 2,4 bilhões e R\$ 4,3 bilhões, segundo a Aneel. A alta do dólar, que impacta o valor da energia da Itaipu Binacional, e o reajuste de contratos antigos de 17 distribuidoras atrelados ao IGP-M também devem pressionar as tarifas. De julho de 2020 a junho de 2021, o indicador subiu 35,75%.

Antunes reconheceu que as tarifas estão pressionadas e afirmou que a agência reguladora já analisa medidas para mitigar os impactos nas tarifas no ano que vem. “A meta que a Aneel tem este ano, que é logo depois da pandemia, um ano bastante difícil tanto do ponto de vista do consumidor quanto do ponto de vista da crise energética, é buscar reajustes tarifários inferiores a dois dígitos”, disse. Na tentativa de atenuar os reajustes, a agência estuda uma série de medidas, entre elas antecipar para 2022 o aporte de recursos da privatização da Eletrobras para reduzir os encargos pagos pelos consumidores, que somariam R\$ 5 bilhões, e postergar novamente o pagamento da parcela de remuneração das distribuidoras.

Empresas ‘tech’ se expandem

O Estado de S. Paulo

As startups, muitas delas capitalizadas, estão em busca de mais espaço físico para seus funcionários. Mesmo operando no sistema home office, algumas companhias contrataram tanto que precisam de novos escritórios. A pandemia de covid-19 foi um baque para o mercado de escritórios em São Paulo – maior centro corporativo do País. No fim de junho, um quarto dos prédios comerciais estava sem locatário. Um alento surgiu nesse cenário difícil: empresas ligadas à tecnologia, muitas delas capitalizadas após recheiar o caixa com rodadas de investimento ou aberturas de capital, estão em busca de mais espaço. Mesmo com o home office, algumas dessas companhias têm contratado tanta gente que estão precisando de escritórios novos – de preferência, nos melhores e mais caros endereços da capital paulista.

No momento, a PagSeguro, a Kavak, a Stone e a chinesa Shopee, entre outras, estão em busca de novos espaços. Dentro dessa tendência, um movimento que agitou o mercado imobiliário veio do Facebook: o aluguel de um espaço de 20 mil metros

quadrados em um novo prédio na Faria Lima – apesar de a empresa estar hoje em regime 100% remoto.

Além das empresas 100% “tech”, companhias mais tradicionais da indústria, como a SaintGobain, segundo fontes, estão buscando ampliar seus espaços para regiões mais centrais. No caso da multinacional francesa, isso reflete a expansão da área de inovação.

“Muitas empresas de tecnologia cresceram muito, e houve um aquecimento da busca por escritórios”, diz Mariana Hananina, diretora de inteligência de mercado da Newmark, consultoria do setor corporativo. Esse movimento começou há 18 meses e continua até hoje. Na maior parte dos casos, essa procura por novos espaços se refere a uma demanda futura – uma vez que, por enquanto, o trabalho remoto domina as rotinas das grandes companhias.

Entre os exemplos de empresas de forte crescimento buscando escritórios está a 1m2, uma plataforma de venda de loteamentos. Aproveitando-se de um espaço que ficou vago próximo ao local onde mantinha seus escritórios, a startup decidiu mudar de endereço e ampliar seu espaço. “Crescemos em 50% o número de funcionários. Percebemos uma vacância muito grande e detectamos uma oportunidade”, diz o presidente da 1m2, Rodrigo Gordinho. A empresa espera encerrar este ano com um crescimento de vendas de 200%. Apesar desse aquecimento entre empresas de tecnologia, os números do mercado imobiliário corporativo ainda mostram um elevado índice de vacância. Isso é reflexo da pandemia e do aumento de lançamentos em São Paulo.

Segundo dados da Newmark, a taxa de espaços vazios na capital paulista atingiu 25,1% no fim de junho no mercado de prédios de alto padrão. Uma análise mostra um desempenho desigual entre as regiões. No Itaim, só há 1,4% de espaço livre. Na Faria Lima, a oferta está em cerca de 15%. Na contramão, a área próxima à Chucri Zaidan, na zona sul, tem mais de 35% de vacância. O que chama a atenção, diz a presidente da Newmark, Marina Cury, é que neste ano muitas outras obras serão entregues, chegando a um volume de 250 mil metros quadrados em lançamentos– um recorde. Ela lembra que essas decisões de investimento, que se refletem em novos edifícios entregues hoje,

foram tomadas cinco anos atrás. O estoque continuará subindo nos próximos anos: serão 63 mil m² em 2022 e mais 66 mil m² em 2023.

Pandemia tira R\$ 14 bi por ano das famílias

O Estado de S. Paulo

Além da inestimável perda emocional, as mortes por covid-19 já enxugaram a renda potencial das famílias em R\$ 14,3 bilhões por ano. Esse é o ganho que as pessoas de 20 anos ou mais que não resistiram à doença teriam, caso seguissem recebendo suas remunerações, na estimativa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Diferentemente da queda de renda provocada pela perda de um emprego, que pode ser recuperada no futuro, com novos empregos ou aumentos de salário, esses valores precisarão ser recompostos por outros membros das famílias, colocando-as sob o risco da pobreza.

Os cálculos do estudo, para a segunda onda da pandemia, que já matou mais neste ano do que a primeira em 2020, elevou as perdas da renda potencial em 180%. A versão inicial do estudo, de janeiro, calculava as perdas em R\$ 5,1 bilhões, levando em conta o número de mortes registradas até meados de janeiro. “Tem tanta gente desempregada, mas essas pessoas não necessariamente serão capazes de substituir no mercado de trabalho aqueles que morreram. Sem contar a questão humanitária. É um desastre”, diz Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais do Ibre/FGV e responsável pelo levantamento.

A escalada da pandemia neste ano, agravada em março e abril, não mudou o padrão de concentração das perdas financeiras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dos R\$ 14,3 bilhões enxugados em rendimentos das famílias, R\$ 5,8 bilhões foram perdidos nos dois Estados. São Paulo somou uma perda de R\$ 4,2 bilhões, cerca de 30% de toda a renda potencial perdida.

“A renda per capita vai ser, ainda que marginalmente, afetada por essas pessoas que se foram e deixaram de gerar renda. E aquelas outras pessoas que dependiam da renda desses familiares e cônjuges vão ficar mais pobres”, diz o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC). A estimativa da FGV considerou a massa de rendimentos mensais totais das pessoas falecidas, incluindo aposentadorias.

A perda prematura de aposentados afeta especialmente as famílias mais pobres, que muitas vezes têm na aposentadoria dos mais idosos uma importante fonte de renda.

No primeiro trimestre de 2021, três em cada dez lares brasileiros viviam sem nenhuma renda do trabalho, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com dados do IBGE. Devido à crise, a proporção de domicílios sem renda de trabalho passou de um quarto, no primeiro trimestre de 2020, para quase um terço, no primeiro trimestre de 2021.

“Tem muitos casos em que os idosos moram com filhos e netos. A perda dessa aposentadoria nem sempre dá direito à pensão, então, isso pode afetar o rendimento domiciliar dos mais vulneráveis”, diz Sandro Sacchet de Carvalho, pesquisador do Ipea.

Carbono zero também é foco das PMEs

O Estado de S. Paulo

Reduzir a pegada de CO₂, ser carbono zero, neutralizar emissões, comprar créditos de carbono. Empreender hoje vai muito além de ter uma boa ideia, um plano de negócio sólido e dinheiro em caixa. Em tempos em que a preocupação não é só com a qualidade do produto ou do serviço que a empresa oferece, mas também como ela lida com seus impactos socioambientais, é preciso aprender. “Muitas das atividades desempenhadas pelas empresas são intensivas em emissão de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases do efeito estufa”, explica Mauricio Salla, head de energia da Crowe Macro. “O conceito de ‘carbono zero’ consiste no esforço das empresas para transformar seus métodos produtivos, visando a neutralização de sua pegada de carbono.”

Mas, quando se trata de uma empresa menor, o que é mais válido? Tentar reduzir a emissão de CO₂ ou fazer a compensação do que emite? “Mesmo para pequenos negócios, basta adotar algumas medidas, como a seleção de fornecedores, dando preferência àqueles que já possuem algum tipo de engajamento social local ou que participam de programas de neutralização de carbono”, afirma Salla. Segundo ele, a própria pequena empresa também pode comprar créditos de carbono. “Temos diversas empresas que atuam nesse setor e seus créditos representam uma redução certificada de emissões”, diz. “Os recursos desses créditos geralmente são aplicados em

projetos locais de sustentabilidade, como adoção de fontes de energia renováveis, biomassa e redução de desmatamento e degradação (REDD+).”

Cofundador da Biofílica, recém-adquirida pelo grupo de gestão ambiental Ambipar, o empresário Plínio Ribeiro explica que o mercado de créditos de carbono existe para financiar atividades ligadas ao uso da terra, como projetos de redução do desmatamento, restauração florestal, agroflorestas e práticas agrícolas que sequestram carbono no solo. “A empresa precisa fazer uma jornada investigativa, um inventário de carbono para entender quanto ela emite na sua atividade”, diz. E essa emissão varia de acordo com o setor de atuação. “Mas a compensação não deve ser a única forma de reduzir esse carbono. A gente recomenda ações como desligar o ar-condicionado ou a luz quando não é necessário.”

Mesmo aliando práticas cotidianas à tecnologia, que auxilia na diminuição da pegada de carbono, ele fala que muitos negócios ainda não conseguem eliminar certas emissões – e são essas que podem ser compensadas com a compra de créditos. Cada crédito corresponde a uma tonelada de CO2 equivalente. No caso do restaurante Estela Passoni, por exemplo, foram comprados 19 créditos para neutralizar as 19 toneladas emitidas em 2020.

Ribeiro ressalta que, pelo fato de o carbono ser um elemento global, não importa se as emissões ocorrem em um local e são neutralizadas em outro. O mercado de neutralização movimenta 150 milhões de toneladas de CO2 no mundo, mas 90% dos créditos são comprados por grandes organizações e marcas que querem fazer parte da solução, não do problema. “As PMEs são muito desassistidas nisso, mas, quando calculam suas emissões, percebem que o custo é muito baixo”, diz. “Estamos falando de poucas centenas de reais, uma vez por ano.”

Diversidade, processos sustentáveis, consumo consciente, valorização da mão de obra e priorização de recursos locais são os pilares da Honey Belt, marca de roupas de ioga criada pelas empreendedoras Gabrielle Chimento, Caroline Alves e Marta Gurian.

A produção dos tecidos tem uma estação de tratamento que reaproveita 100% da água utilizada e os materiais possuem a certificação Oeko-Tex, que atesta a responsabilidade humana e ecológica. A marca também planeja suas coleções

anualmente e concentra a logística das compras por semestre, recebendo as entregas apenas duas vezes no ano.

“Temos 98% de aproveitamento dos tecidos nas roupas e os retalhos utilizamos na produção de frufus e saquinhos para guardar as peças”, diz Marta. “Fomentamos a mão de obra local para reduzir o trânsito com veículos.” Outra escolha importante foi despachar os pedidos só pelos Correios, que adotam medidas para redução da emissão de CO2 desde 2013.

Gigante mundial, NortonLifeLock compra rival Avast por US\$ 8,6 bilhões

Reuters

A companhia americana NortonLifeLock anunciou na quarta-feira a compra da rival londrina Avast por US\$ 8,6 bilhões. Com o negócio, será criada uma líder global em software de segurança para consumidores. As empresas afirmaram que o novo grupo vai unir forças complementares e criar uma companhia com mais de 500 milhões de clientes. O presidente executivo da NortonLifeLock, Vincent Pilette, afirmou que sua empresa é forte em proteção contra roubo de identidade, enquanto a Avast se destaca em privacidade. “As duas empresas têm a visão de uma plataforma comum, em que francamente nós apenas abordamos a superfície”, disse o executivo.

Crise atinge empresas voltadas à classe C

Broadcast

Os últimos anos da varejista Colombo, voltada para vendas de ternos e roupas casuais para a classe C, têm sido difíceis. Mesmo antes da pandemia, a empresa já vinha sofrendo com queda nas vendas e redução do número de lojas. Mas aí veio a crise da covid-19, e piorou tudo. Com os shoppings fechados, a empresa viu o seu faturamento despencar 50% em 2020. Das 434 lojas que a companhia tinha, sobraram 117 franquias. A companhia entrou com pedido de recuperação judicial no ano passado. O caso da Colombo reflete uma realidade econômica mais ampla. De acordo com estudo da consultoria Bain & Company, as classes mais baixas foram as que tiveram a renda mais

afetada pela pandemia. Mesmo com a criação e distribuição do auxílio emergencial, que injetou mais de R\$ 300 bilhões na economia, quase 70% das pessoas desse estrato social tiveram perda em seus ganhos durante o período. Para piorar, 29% delas perderam totalmente a sua principal fonte de renda, enquanto 25% tiveram cortes nos salários.

No geral, a conta também não é das mais positivas. Mais da metade da população, por volta de 52%, está economizando menos do que antes. Ou seja: as pessoas estão utilizando as reservas para pagar contas básicas. Mesmo entre aqueles que estão conseguindo guardar algum dinheiro, 13% já estão de olho nas contas que precisam pagar. O universo de pessoas que estão com alguma compra em vista pelos próximos 18 meses é de cerca de 32%. “A população de menor poder aquisitivo ainda está reticente para consumir porque não sabe se vai conseguir manter a renda que tem, e o fim do auxílio emergencial pode atrapalhar”, afirma Federico Eisner, sócio da Bain & Company.

Diante desse cenário, mesmo com as reaberturas e com o avanço da vacinação no Brasil, o presidente da Colombo, Álvaro Maluf, não está otimista. Apesar de as vendas estarem crescendo 30% neste ano, elas partem de uma base muito ruim. O que tem segurado um pouco as pontas para a companhia é o consumo de evangélicos e jovens em busca do primeiro emprego. “Estamos bastante conservadores e acreditamos que vamos crescer mesmo dentro das próprias unidades que estão abertas. Também não vamos voltar com as lojas próprias porque a conta não está mais fechando”, afirma.

Até as empresas que estão tendo boas performances estão com precaução. É o caso da Lojas Avenida, especializada na venda de moda e produtos para casa para a classe C, como eletrônicos, que tem como principais mercados as regiões Centro-oeste e Norte. Em 2020, mesmo com a pandemia, a empresa cresceu 6% em vendas de mercadorias e encerrou o ano faturando um total de R\$ 816 milhões. Para este ano, a companhia estima que vai superar o R\$ 1 bilhão de faturamento. Mas nem isso fez a companhia acelerar o seu plano de expansão. Em 2021, por exemplo, sequer abriu uma loja e não tem planos para que isso ocorra. “Não temos segurança para voltar a falar de expansão. Estamos cuidando do nosso caixa que é o nosso oxigênio”, afirma Rodrigo Caseli, presidente do Grupo Avenida.

O varejo alimentício sofreu menos do que os outros durante a pandemia. Na verdade, até teve resultados positivos, já que foi um dos poucos serviços que não pararam durante o período de isolamento social. Mesmo assim, alguns modelos de negócio se destacaram mais do que os outros. O principal deles foi o atacarejo, que já vinha crescendo durante a pandemia. O segmento de hipermercados, que já estava em baixa, sofreu ainda mais do que a média.

No caso do Extra, bandeira do Grupo Pão de Açúcar (GPA) também voltada à classe C, está acontecendo uma mudança completa para conquistar mais clientes. Como a rede de atacarejo Assaí, considerada um modelo vencedor no setor mesmo em período de crise, se tornou uma empresa independente neste ano, os hipermercados do Extra estão passando por uma transformação. É mais uma tentativa de “virada” desse modelo de loja.

Os resultados, porém, ainda custam a aparecer. No segundo trimestre, as vendas nos hipermercados Extra abertos há mais de um ano caíram 4,9%, para R\$ 2,8 bilhões, na comparação com os 12 meses anteriores. Segundo Lucas Zanon, diretor de operações da bandeira, o que o consumidor está olhando é preço e esse precisa ser o diferencial da loja Extra.

“O preço, hoje, é o diferencial. Isso está cada vez mais relevante para o consumidor da classe C e estamos focando nisso para não perder espaço”, afirma Zanon. Segundo ele, nos últimos meses a empresa conseguiu reduzir a diferença de preços de 15% para cerca de 5%, fazendo promoções, inclusive, para compras de maiores quantidades.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contrações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.